

Controvérsias das políticas desenvolvimentistas implementadas na Amazônia

Controversies of development policies implemented in the Amazon

Arleson Eduardo Monte Palma Lopes ^{1a}
 Ubiraniison Santos de Oliveira ^{2b}
 Iná Camila Ramos Favacho de Miranda ^{3c}
 Oriana Trindade de Almeida ^{4d}

Resumo: a concepção de desenvolvimento para a Amazônia sempre foi vinculada ao imaginário que se tem sobre a região e, consequentemente, à lógica dualista desenvolvido/subdesenvolvido, criando uma estrutura centro-periferia. Esse artigo tem, como objetivo, analisar as controvérsias oriundas das políticas desenvolvimentistas implementadas na Amazônia a partir dos Grandes Projetos Econômicos. A metodologia empregada incluiu as pesquisas bibliográfica e documental, por meio do método analítico dialético-histórico. A discussão aponta que as políticas de desenvolvimento implementadas na Amazônia se amparam nas práticas discursivas da modernidade e do progresso, por meio das gerações de emprego e de renda, visando a exploração dos recursos naturais, sem considerar as sociedades amazônicas que dependem do ecossistema para a sua sobrevivência. Nesse sentido, torna-se fundamental reconhecer e valorizar as diversidades que compõem a Amazônia, dando voz e espaço às comunidades locais e as suas formas de organização social e econômica.

Palavras-chave: Amazônia. Políticas de desenvolvimento. Conflitos socioambientais. Grandes Projetos.

Classificação JEL: O2; O21; O22; O38.

Abstract: The concept of development for the Amazon has always been linked to the imaginary of the region and, consequently, to the dualistic logic of developed/underdeveloped, creating a center-periphery structure. This article aims to analyze the controversies arising from the development policies implemented in the Amazon based on large economic projects. The methodology used included bibliographical and documentary research, using the dialectical-historical analytical method. The discussion points out that the development policies implemented in the Amazon are supported by the discursive practices of modernity and progress, through the generation of

¹ Universidade Federal do Pará. Correio eletrônico: arlesonlopes93@gmail.com.  0000-0002-8331-7745.

² Universidade Federal do Pará. Correio eletrônico: biranilson@hotmail.com  0000-0003-4525-6862.

³ Universidade Federal do Pará. Correio eletrônico: camilafavacho@yahoo.com.br.  0000-0002-0012-0585.

⁴ Universidade Federal do Pará. Correio eletrônico: oriana@ufpa.br.  0000-0002-4254-7982.

employment and income, aiming at the exploitation of natural resources, without considering the Amazonian societies that depend on the ecosystem for their survival. In this sense, it is essential to recognize and value the diversities that make up the Amazon, giving voice and space to local communities and their forms of social and economic organization.

Keywords: Amazon. Development policies. Socio-environmental conflicts. Major Projects.

JEL Classification: O2; O21; O22; O38.

1. Introdução

A implementação da colonialidade na Amazônia se vincula às políticas de desenvolvimento trazidas pelos Grandes Projetos de infraestrutura, de abrangências nacional e global, materializados em ferrovias, em hidrovias, em portos, em termelétricas, em pequenas centrais elétricas, em construções de hidrelétricas, entre outros (Rodrigues; Lima, 2020). Essa reprodução cíclica da história na Amazônia tem gerado: (i) desmatamento sem precedentes, visando dominar a natureza; (ii) especulação e/ou financeirização de terras, por meio do mercado; e (iii) aquecimento dos mercados de *commodities*, como carne, grãos e minérios (Castro; Castro, 2022).

O discurso eurocentrado enraizou as concepções evolucionista, linear, de inferioridade e de dualidade nas esferas globais, em que se concebem estruturas de classe divididas entre ricos/pobres, modernos/atrasados, desenvolvidos/subdesenvolvidos, centro/periferia e entre outras categorias, criando uma linha abissal no campo de disputa e inferiorizando as classes subalternas, a partir das lógicas do conhecimento científico e das políticas de desenvolvimento (Castro; Nogueira, 2008; Dussel, 2005; Oliveira, 2023, Santos, 2007). A ocupação do território amazônico é constituída por conflitos entre colonizados e colonizadores, em que o discurso colonial é predominante, sendo uma tentativa de reconstruir o colonialismo repetidas vezes, no qual o europeu é ator principal (Oliveira, 2023).

Ao longo de séculos de colonização, mesmo com a resistência indígena e com os conhecimentos acumulados, durante os anos de ocupação da floresta tropical, os indígenas foram vistos como inferiores, como submissos e como pagões, pelos colonizadores, sendo submetidos a processos de desterritorialização e de descontinuidade cultural, além de serem obrigados a adotar os costumes ocidentais, apresentados como resultado de uma cultura superior e universal (Castro; Campos, 2015).

Os projetos coloniais de ocupação e de desenvolvimento da Amazônia foram ancorados, em grande parte, no extrativismo predatório, cujo interesse maior era o da produção de riquezas para a Metrópole. Essa característica pode ser observada, por exemplo, na carta régia de 02 de setembro de 1684⁵, em que o rei Dom Pedro II de Portugal estabeleceu a seguinte determinação:

Como a canella da India nenhum resultado tenha dado, faz-se mister que se prossiga na descoberta desse gênero no Rio Tocantins. Colham-n'a em várias épocas do anno. Francisco de Sá Menezes &. Pella amostra de Canella que Ignacio Coelho da Silva, sendo Governador desse Estado troche a este Reyno e me apresentou a experiência; que della se fes, e procurando-se ao mesmo Ignacio Coelho o fundamento que tivera desta noticia referio, que Gonçalo Paes em o anno de 1669 e Manuel Brandão tinha descuberto, e achado Canella junto aos Tocantins, e que trochera huma escrava do gentio daquella terra, a qual, o Governador que no dito tempo hera desse Estado deo ao dito Manoel Brandão, que ainda a tem em seu poder; e porque estamateria he de praça de grande cuidado, por interece, que inculca, e pella falta e pouca esperança, que ha de Canella da India; me pareceo ordenar-vos (como por esta o faço) que mandeis fazer entradas pella dita parte dos Tocantins, procurando a comonicação do Gentio, que habita por todos os meyos, que cabe na boa industria, e arte sem offensa de minhas Leys, e que façaes toda a diligencia por mandar colher a ditta Canella em varios tempos do anno, e avades metendo nas embarcaçõens, que vierem para este Reyno, para que se consiga o intento daquella certeza, que procurou alcansar Ignacio Coelho, que he razão se procure concegir em negócio tão importante. Escrita em Lisboa a 2 de setembro de 1684. Rey

Esse movimento exploratório do território amazônico foi se reorganizando em séries de ciclos econômicos, que tiveram início nas coletas de drogas do sertão, passaram pelo período da borracha e chegaram às transformações potencializadas pelos Grandes Projetos (Trindade; Oliveira, 2012).

Nesse sentido, como percurso metodológico, foram adotadas as pesquisas bibliográfica e documental (Gil, 2002; Severino, 2013), tendo, como base analítica, o método dialético-histórico, que, na visão de Lakatos e Marconi (2017), tem escopo na compreensão dos fenômenos sociais, por meio das interpretações de processos, de costumes, de políticas e de instituições em sua evolução histórica, bem como as implicações destas, na sociedade atual. O artigo tem, como objetivo, analisar as controvérsias oriundas das políticas desenvolvimentistas implementadas na Amazônia a partir dos Grandes Projetos Econômicos.

O artigo faz uma análise das políticas de desenvolvimento na região da Amazônia desde o período da colonização até as políticas desenvolvimentistas da economia verde como discurso

⁵ ANNAES DA BIBLIOTHECA E ARCHIVO PUBLICO DO PARÁ. **Carta régia de 02 de setembro de 1684.** [Belém]: Typ e encadernação Instituto Lauro Sodré, 1902. Tomo I

de modelo de desenvolvimento. Além disso, discute-se no texto a formação socioambiental das sociedades amazônicas e a perspectiva de desenvolvimento a partir da decolonialidade por meio da valorização do conhecimento local integrado com a biodiversidade da Amazônia.

2. As políticas desenvolvimentistas na Amazônia

A formação hegemônica, vinculada à história da Amazônia, é marcada pelo período de colonização, em que foi “descoberta” uma terra sem “ocupação” e com grandes riquezas para exploração. Esse processo de colonização da região resulta na construção de um conjunto de enunciados discursivos (Foucault, 2008), constituídos a partir do imaginário europeu, em especial, que abordam o que era a Amazônia, enraizados em mitos e em fantasias de que a sua natureza precisava ser “domada” e povoadas. Pizarro (2012, p. 31) destaca, nesse caminho, que:

Ela tem sido pensada, em nível internacional, através de imagens transmitidas pelo ideário ocidental, europeu, sobre o que eles entendem ser sua natureza, ou, em outras palavras, sobre o lugar que a Amazônia ocupou na sua experiência, imagem que foi ratificada em diversos textos: crônicas, relatos de viajantes, relatórios de cientistas, informes missionários.

Ao analisar crônicas de viajantes da época, Pizarro (2012, p. 38) chama a atenção para a visão que estes tinham do território da Amazônia: “[...] o território é inexpugnável, a selva é como uma grande muralha sobre o qual tecem uma infinidade de histórias”. Ou seja, a Amazônia é ocupada primeiramente pelo imaginário do colonizador e, posteriormente, pelos naturalistas, que fazem diversas expedições à região e que trazem estes ideários fantasiosos em seus relatos (Pizarro, 2012).

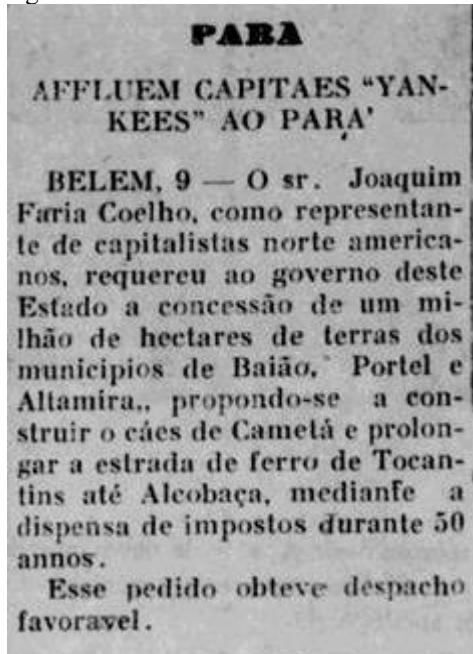
Furtado (2005) argumenta que o processo de ocupação econômica das terras das Américas foi concebido como projeto de expansão comercial da Europa. Este fenômeno de ocupação econômica não foi provocado por pressões demográficas ou pela ruptura de um sistema cujo equilíbrio era mantido pela força, mas pela demanda de produtos de alta qualidade, incluindo a manufatura, que encontravam obstáculos devido às invasões turcas.

Furtado (2005, p. 16) ainda aponta que:

O início da ocupação econômica do território brasileiro é em boa medida uma consequência da pressão política exercida sobre Portugal e Espanha pelas demais nações europeias. Nestas últimas prevalecia o princípio de que espanhóis e portugueses não tinham direito senão àquelas terras que houvessem efetivamente ocupado.

Reproduzindo os mecanismos adotados no Período Colonial, é possível identificar, no início do século XX, a concessão de grandes porções de terras na região amazônica, conforme se pode observar em notícia veiculada pelo periódico *O Imparcial*, de 10 de agosto de 1928⁶, que informa sobre a venda de um milhão de hectares de terras a um preposto de empresários estadunidenses:

Figura 1 – Venda de terras no estado do Pará



Fonte: jornal *O Imparcial* (1928)

A intensificação das políticas de desenvolvimento na região da Amazônia se inicia ao final do século XIX e início do XX, em decorrência da economia da borracha e da crescente demanda do setor automobilístico da Europa e dos Estados Unidos por este produto (Trindade; Oliveira, 2012). Nesse período, foram criados o Plano de Defesa da Borracha (1967), o Serviço Especial de Mobilização de Trabalhadores para a Amazônia (1942) (devido à crise hídrica na Região Nordeste, o governo federal estimulou a migração de trabalhadores nordestinos para região da Amazônia), o Serviço de Navegação da Amazônia e de Administração do Porto do Pará, a Superintendência para o Abastecimento do Vale da Amazônia, o Banco de Crédito da Borracha e a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (Prates; Bacha, 2011).

⁶

Disponível

em:

<<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=107646&pesq=palmeiras&pagfis=4248>>. Acesso em 16 dez. 2023.

Este período foi a força motriz do desenvolvimento regional centrado na acumulação de capital da Amazônia, no qual possibilitou às elites da região um padrão de vida expressivo capaz de reproduzir o estilo de vida dos europeus. Este “boom da borracha” ficou conhecido como *Belle Époque* e a Amazônia deixou de ser considerada um mero espaço de suprimento para atender as demandas da metrópole e passou a ser inserida no circuito da economia internacional de acumulação de capital (Trindade; Oliveira, 2014).

Esse processo de acumulação capitalista na região gerou um processo de dependência estrutural denominado de subdesenvolvimento, como historicamente é vinculado na economia mundial e pela maneira como se constituíram os grupos sociais internos do país em torno aos meios de produção (Cardoso; Faletto, 1975). Na visão de Cardoso e Faletto (1975, p.26), “tal enfoque implica reconhecer que no plano político-social existe algum tipo de dependência nas situações de subdesenvolvimento e que essa dependência teve início historicamente com a expansão das economias dos países capitalistas originários”.

Segundo Grosfoguel (2013), os dependentistas Fernando Henrique Cardoso, Enzo Faletto, André Gunder Frank, Aníbal Quijano e Theotonio dos Santos desenvolveram ampla crítica à teoria da modernização do desenvolvimento implementada na América Latina sintetizadas em cinco fatores: (i) o desenvolvimento e subdesenvolvimento ocorre por meio da relação centro-periferia do sistema capitalista. Ou seja, o processo de desenvolvimento e subdesenvolvimento foram estruturados por meio de um processo relacional; (ii) a dicotomia moderno-tradicional dar-se-á de maneira abstrata e não explica adequadamente os processos sociais implícitos do desenvolvimento e subdesenvolvimento; (iii) a internacionalização, difusão, aculturação dos valores modernos e as técnicas oriundas dos centros para periferia não traz necessariamente desenvolvimento; (iv) a dependência vislumbra-se como uma relação de subalternidade ao sistema capitalista internacional e não como resultante de estruturas arcaicas, tradicionais ou feudais; e (v) a abordagem que pode explicar o subdesenvolvimento na América Latina é o método histórico-estrutural e não o método estrutural-funcionalista.

Apesar das críticas dos dependentistas à teoria da modernização, as elites brasileiras continuaram o *modus operandi* de desenvolvimento eurocentrado na Amazônia por meio do Programa de Integração Nacional (1970), o Programa de Redistribuição de Terra e Estímulo à Agroindústria do Norte e Nordeste (1971), o Plano de Desenvolvimento da Amazônia, Metas e Bases (1971), o I Plano Nacional de Desenvolvimento (1971), o II Plano Nacional de

Desenvolvimento (1980 – 1985) e o Programa de Ação Econômica do Governo (1964 – 1966) (Lopreato, 2013; Prates; Bacha, 2011) tinham, como objetivos:

Construção da rede rodoviária, impulsionada pela Transamazônica, Perimetral Norte, Cuiabá-Santarém e Porto Velho-Manaus; Ampliação da rede de telecomunicação, por meio de satélites, proporcionando acesso à televisão aberta, e pela expansão de linhas telefônicas; Melhoria da rede urbana, que serviria de suporte às instituições estatais e organizações privadas; e Construção da rede energética, fundada em hidroelétricas, que serviria como insumo à nova fase industrial (Prates; Bacha, 2011, p. 610).

Esse período é conhecido como Era Desenvolvimentista e fez parte da economia brasileira no período de 1945 a 1964 (Bielschowsky, 1988), em que o Estado implementou um conjunto de ações e de programas voltado à Amazônia, com o objetivo de trazer “progresso” e “modernização” à região. Costa (2012) argumenta que, ao final da década de 1960, o desenvolvimento da região amazônica era pautado em dois movimentos de estrutura econômica: o campesinato caboclo e extrativo, alocado em áreas em processo de colonização, dominadas pelos seringais; e o campesinato agrícola, oriundo do estabelecimento de migrantes de diferentes regiões do país.

A ideia de que cada indivíduo era livre e com controle racional para promover o bem-estar da sociedade foi incorporada no Estado-nação que passou a ser considerado um ente soberano e livre para implementar suas políticas de desenvolvimento e controlar racionalmente seu progresso (Grosfoguel, 2013; Smith, 2013). Segundo Bielschowsky (1988), o desenvolvimentismo é vislumbrado como um instrumento teórico cujo objetivo é a superação do subdesenvolvimento por meio do processo de industrialização integral com planejamento e apoio estatal.

O desenvolvimentismo implementado na Amazônia por meio de Grandes Projetos Econômicos foi concebido a partir de epistemologias eurocentradas visando superar a ideia de subdesenvolvimento apresentado na região, tendo em vista que as políticas de desenvolvimento constituíam-se por meio de um processo etapista de Grandes Projetos Econômicos que continuam operando na região até os dias atuais (Oliveira, 2023; Trindade; Oliveira, 2014).

A ideia de desenvolvimento por etapa foi defendida por Rostow (1974). Na visão de Rostow (1974), o desenvolvimento ocorre por meio de cinco etapas denominadas de: a sociedade tradicional, as precondições para o arranco, o arranco, a marcha para maturidade e a era do consumo em massa. Assim, para que uma sociedade migre de uma etapa para outra de desenvolvimento faz-se necessário superar as limitações do estágio anterior. Essa visão de

desenvolvimento apesar de limitada, ainda se constitui como um instrumento adotado nas políticas de desenvolvimento brasileiro, em especial, nas políticas direcionadas para a Amazônia com a concepção de desenvolver a região por etapa.

Ainda nesse viés de desenvolvimento etapista, na década de 1970, estabeleceu-se o Programa Grande Carajás (PGC – 1973), o Programa de Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia (POLAMAZÔNIA/1974-1980), e o II Plano de Desenvolvimento da Amazônia (PDA II/ 1975-1979) que visavam ocupar espaços vazios e utilizar eixos viários, resultando na criação de pólos agropecuários, agroindustriais, madeireiros e agrominerais (Trindade Júnior; Madeira, 2016). O PGC, por exemplo, era focado em projetos de grande escala operacionalizados pela Companhia Vale do Rio Doce, que miravam aproveitar os potenciais mineral, florestal, hidroelétrico e territorial da região, principalmente a exportação de minérios da Serra do Carajás (Trindade Júnior; Madeira, 2016).

Na mesma época, os eixos viários da Amazônia foram caracterizados pela implementação de grandes rodovias, como a Transamazônica, a Perimetral Norte e a Cuiabá-Santarém, abordagem que evoluiu para a criação dos Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento (ENID/1996-1999) (Lima; Simões, 2010; Trindade Júnior; Madeira, 2016). As concepções de eixos e de pólos de desenvolvimento, situados em diferentes pontos do território, consolidaram-se como abordagens lógica e estratégica nas promoções do crescimento regional e do desenvolvimento espacial (Lima; Simões, 2010; Trindade Júnior; Madeira, 2016).

Entre 1986 e 2008, ainda observou-se as implementações do Programa-Piloto para Proteção das Florestas Tropicais Brasileiras (1990), Programa Brasil em Ação (1998), e do Plano Amazônia Sustentável (2008), a concepção de incentivos fiscais e as criações do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, do Fundo de Investimento da Amazônia, da Agência de Desenvolvimento da Amazônia, do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia e dos Fundos Constitucionais do Norte (FNO), do Nordeste (FNE) e do Centro-Oeste (FCO) (Prates; Bacha, 2011).

Furtado (1992) argumenta que durante três séculos, a economia brasileira foi constituída a partir da exploração extensiva de recursos em grande maioria não renováveis, como por exemplo, da exploração florestal até a mineração de ferro e do uso intensivo do solo para produção agrícola. Esse processo de exploração intensiva de recursos na economia brasileira vincula-se ao seu caráter periférico na estrutura econômica do sistema centro-periferia.

Rodríguez (2009) aponta que os centros caracterizam-se como economias em que as técnicas capitalistas são incorporadas primeiro, enquanto a periferia são economias consideradas atrasadas do ponto de vista tecnológico e organizacional.

Segundo Rodríguez (2009), às periferias ao percorrer o chamado “desenvolvimento para fora”, incorpora as novas técnicas capitalistas que são implementadas somente nos setores de exportação de produtos primários e em alguns setores vinculados à exportação gerando um processo dualista entre os setores da economia. As periferias possuem duas características: a primeira vincula-se ao alto grau de especialização dos seus recursos produtivos para atender as demandas do setor de exportação de produtos primários; e a segunda, o suprimento da demanda de bens e serviços dar-se-á em sua grande maioria por meio da importação.

Na visão de Prado Júnior (1972) uma das características das economias periféricas está relacionada ao processo de dependência que se constitui pela incapacidade de estruturar mecanismos para criar um mercado interno dinâmico e voltado para atender as demandas da população, assim como, na subalternização aos grandes centros econômicos. Nesse sentido, Pessoa e Kappes (2024, p.16) argumentam que:

Os interesses do Estado brasileiro eram alinhados com a nação inglesa. O que gerou conflito, culminando no processo de independência política, foi a falta de coerência da aplicação do acordo. Não havia, portanto, disponibilidade de romper com a estrutura de trabalho servil.

Ainda sob a ótica de dependência da economia mundial, em 2007, foi lançado o Plano de Aceleração do Crescimento (PAC - 2007), que tinha como perspectivas centrais iniciais, ações de infraestrutura, vinculadas à logística, à energia e a questões sociais e urbanas. Posteriormente, em 2011, o plano teve incorporados outros eixos de investimento, como os programas: Cidades Melhor; Comunidade Cidadã; Minha Casa, Minha Vida; Água e Luz para Todos; e Transportes e Energia (Castro, 2012). Observa-se que, apesar de o PAC abranger aspectos sociais, seu escopo principal está atrelado a uma política de crescimento econômico e, consequentemente, o território amazônico é visto pela ótica de suas riquezas naturais e de sua biodiversidade (Castro, 2012).

Por meio do PAC, empresas de mineração, de agricultura mecanizada e de madeira certificada adentraram na região amazônica e, mediante investimentos públicos e privados, buscaram intensificar a produção de *commodities* e estabelecer estruturas de produção de energia na região. Além disso, as recentes transformações na Amazônia ultrapassaram as

fronteiras nacionais, considerando a grande influência dos agentes financeiros nacionais e internacionais (Castro, 2012).

Rivas, Kahn e Mourão (2008) argumentam que a economia convencional negligencia a escassez dos recursos naturais pelo fato de considerar em seu escopo como bens convencionais apenas os bens e serviços disponíveis no mercado e de uma maneira estática. Assim, “quando recursos naturais e ambientais são considerados a questão passa a ser de caráter dinâmico e, na maioria das vezes, os mercados não conseguem dar um preço para bens e serviços ambientais e recursos naturais” (Rivas; Kahn; Mourão, 2008, p. 21).

A partir da relação economia e meio ambiente, em 2010, foi criado o Macrozoneamento Ecológico-Econômico da Amazônia (MacroZEE - 2010) se constituiu em uma iniciativa, que buscava conciliar o desenvolvimento econômico e a preservação do meio ambiente e o respeito aos direitos das populações tradicionais (Trindade Júnior; Madeira, 2016). Os espaços definidos como território-fronteira e como território-rede foram voltados à exportação, enquanto os territórios-zona refletiam a dimensão ecológica do zoneamento — ideia nova de desenvolvimento, que destacou a sustentabilidade e que trouxe a revisão do conceito de composição do espaço geográfico (Trindade Júnior; Madeira, 2016).

Araújo e Belo (2009) argumentam que os Grandes Projetos implementados na Amazônia tiveram, como políticas governamentais, incentivos fiscais, baixos preços pelos recursos naturais extraídos (minerais), baixas qualificações de mão de obra, salários irrisórios, entre outras vantagens. A Amazônia tem sido tratada como um laboratório experimental de políticas de modernização e de planejamento regional em grande escala, principalmente sob regimes autoritários, tanto na época colonial quanto no tempo das políticas das agências de desenvolvimento.

Essas políticas enfatizavam a integração nacional, por meio de programas voltados a ocupar a Amazônia fisicamente, mediante subsídios, promovendo o agronegócio, a mineração, os projetos de produção de energia, a agroindústria e a pecuária. Esses modelos de desenvolvimento têm incentivado a invasão dos territórios das sociedades amazônicas (quilombolas, ribeirinhos, indígenas, povos tradicionais etc.), a partir dos discursos de progresso e de desenvolvimento, gerando conflitos socioambientais na região (Hecht *et al.*, 2021).

3. Conflitos socioambientais na Amazônia

Os processos de escravidão e de etnocídio indígenas ocorridos na Amazônia, durante a colonização, levaram à extinção de várias etnias, devido ao trabalho exaustivo na floresta, à fome e a doenças, das quais estes grupos humanos foram acometidos, a partir da falsa liberdade a eles concedida, pela Coroa de Portugal, diante do discurso de que gozavam de direitos, de privilégios de cidadãos livres, de igualdade social, etc., uma vez que os assuntos indígenas deveriam ser tratados diretamente com a Coroa de Portugal (Hemming, 2009).

O autor argumenta que a “liberdade” concedida aos indígenas na lei de 1755 era uma liberdade do controle missionário: “[...] era tanto um golpe desfechado sobre os jesuítas quanto um ato de humanidade desinteressada” (Hemming, 2009, p. 33). Na prática, tanto os colonizadores quanto os missionários tinham interesses econômicos nos indígenas, com os objetivos de que estes trabalhassem em suas fazendas e que povoassem suas missões (Hemming, 2009).

Nessa linha, Acevedo e Castro (1998, p. 43) apontam:

Os Capuchos da Piedade haviam percorrido vários rios e incorporado milhares de indígenas ao sistema de aldeamento com objetivo de catequese. As expedições eram organizadas a partir do Forte de Pauxis (origem de Óbidos) e foram orientadas para reduzir os indígenas ao aldeamento ou fornecê-los como escravos para uma centena de colonos.

Após o período de colonização, a Amazônia passou por transformações, que intensificaram os conflitos agrários, especialmente a partir da década de 1960, com intervenções do Estado, por meio dos Grandes Projetos voltados à região, os quais, com subsídios estatais, lograram a implantação de grandes empresas e a expansão da pecuária, produzindo altas taxas de desmatamento, concentrações fundiárias e práticas de violências contra indígenas e contra camponeses (Gomes *et al.*, 2018).

Silva, Pena e Oliveira (2015) argumentam que a implementação de políticas públicas ambientais efetivas para a Amazônia enfrenta complicações, devido às políticas de desenvolvimento econômico destinadas ao espaço, que têm gerado conflitos sociais, ambientais, empresariais e políticos. As dificuldades nos processos de gestão pública socioambiental, territorial e de governança na região contribuem para a conformação de zonas de conflito, principalmente pelo uso da terra, gerando um ambiente de insegurança, consequentemente (Silva; Pena; Oliveira, 2015).

Marin e Maia (2018) argumentam que, na década de 1970, as comunidades tradicionais e quilombolas das vilas Cabanos e do Conde, residentes em torno do rio Murucupi, foram expropriadas de seus territórios, por não terem documentos de titularidade de suas terras, visando a implementação do POLAMAZÔNIA, do qual faziam parte o Projeto Grandes Carajás e o complexo Albrás/Alunorte, que seria sediado em Barcarena.

A criação de pólos de desenvolvimento pode gerar transtornos econômicos e sociais, quando distribui salários e rendimentos adicionais, sem aumentar a produção local de bens de consumo. Essa estratégia tende a concentrar investimentos e inovações em certas áreas, podendo resultar em atrasos de desenvolvimento em outras regiões, o que pode intensificar as disparidades regionais (Lima; Simões, 2010). Ao longo da história da Amazônia, as políticas desenvolvimentistas têm sido implementadas, a partir da perspectiva dos polos econômicos, considerando as vocações econômicas do território, a exemplo dos pólos minerais, gerando um número expressivo de conflitos socioambientais (Cirilo; Almeida, 2019).

Exemplo disto é o complexo industrial de Vila do Conde, sediado no município de Barcarena (PA), que concentra um polo industrial de mineração, voltado ao beneficiamento primário de bauxita e de caulim. Esse projeto desempenha um importante papel na economia paraense, no entanto sua operação suscita conflitos socioambientais, ao poluir o rio com rejeitos de minério, prejudicando a vida aquática, a pesca de subsistência, a qualidade da água para consumo humano — e as comunidades locais, consequentemente. Além disso, tal acelerou o crescimento urbano desordenado na região, provocou conflitos territoriais entre comunidades locais e atividades minerárias e não melhorou a qualidade de vida dos moradores da região (Lemos, 2018).

O incentivo à produção energética na Amazônia foi operacionalizado, por meio do PAC e da Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA), nos governos de Luiz Inácio Lula da Silva (2003–2011) e Dilma Vana Rousseff (2011–2016), os quais tiveram, como objetivo principal, a construção de hidrelétricas em áreas tradicionalmente ocupadas por diversas sociedades amazônicas da região, resultando em zonas de conflitos socioambientais e em mudanças na paisagem da natureza, na fauna e na flora e em genocídios e etnocídios (Pimentel; Costa; Ravenna, 2023).

Cirilo e Almeida (2019) argumentam que a hidrelétrica de Tucuruí, localizada no estado do Pará, causou danos socioambientais irreparáveis para o Brasil e para todo o ecossistema que

compõe a Amazônia. A hidrelétrica de Belo Monte, instalada no rio Xingu, no Pará, com reservatórios nos municípios de Altamira, de Brasil Novo e de Vitória do Xingu, e as usina dos municípios de Anapu e de Senador José Porfírio são casos emblemáticos, que envolvem diversos atores sociais regionais, além da concessão de gestão da hidrelétrica, pelo governo federal, a uma corporação de capital privado: a Norte Energia (Cirilo; Almeida, 2019; Norte Energia, 2023).

A expansão da infraestrutura do setor elétrico brasileiro se vincula a políticas de desenvolvimento, voltadas a atender indústrias, *commodities*, grupos de mineradoras, produções de soja e de celulose, entre outras atividades, e os progressos local e regional não fazem parte do escopo destas políticas, seja em nível governamental, seja em nível de iniciativa privada, responsáveis pelos Grandes Projetos (Lima; Souza; Marques, 2022).

Castro *et al.* (2018) argumentam que a expansão da fronteira na Amazônia se baseia no crescimento das demandas internas por produtos agrícolas e na exportação de produtos primários, como madeira, minério e agroflorestais, pautado em políticas de “modernização” e de “progresso” da Amazônia, alinhadas a discursos de expropriação de territórios das sociedades amazônicas, por meio de práticas criminosas e de violências física ou simbólica. Atualmente, os conflitos socioambientais tendem a se intensificar na Amazônia, devido à dinâmica de desenvolvimento desenhada para a região, que passa por processos de Globalização e de financeirização de terras, avançando inclusive sobre áreas de Unidades de Conservação (UC), indígenas, quilombolas, ribeirinhas e camponesas, por meio do agronegócio, de monoculturas etc.

Na Amazônia, o desmatamento está relacionado ao regime de acumulação do capitalismo financeiro. Inicialmente, há uma pressão sobre as terras, para expandir o mercado fundiário e para aumentar as exportações de carne, de grãos e de minerais, o que aumenta a busca por áreas de exploração, resultando em desmatamentos. À sequência, a financeirização das terras e a produção de *commodities* levam a aumentos dos interesses de agentes econômicos na região, visando especular a terra e expandir as monoculturas. Portanto, a relação entre o capitalismo financeiro e o desmatamento evidencia como as dinâmicas globais impactam a degradação ambiental em áreas sensíveis, como no caso da Amazônia (Castro; Castro, 2022).

Segundo Sauer e Leite (2012), o interesse global por terras vincula-se à alta demanda por *commodities* agrícolas e não agrícolas e a valorização desses ativos no mercado

internacional, gerando à elevação nos preços das terras na Amazônia, em consequência de investimentos especulativos e produtivos que demandam e transacionam terras para atender a expansão de *commodities* como milho, soja, cana-de-açúcar, dendê, arroz, canola e girassol.

Ao abordar a financeirização do meio ambiente, Fernandes (2025) faz uma crítica a denominada economia verde que tem como escopo ajustar o desenvolvimento sustentável para ações climáticas visando correções de falhas do mercado com alocação de recursos e punição de poluição. Esse modelo de economia, alinha-se aos princípios do mercado da acumulação de capital, em especial, na Amazônia que desde a década de 80 tem ocorrido a expansão de *commodities* em áreas ilegais (Fernandes, 2025).

Por meio de práticas de “grilagem verde”, empresas e investidores vêm comprando direitos de terras com o discurso de preservação ambiental, frequentemente em prejuízo aos direitos fundiários de comunidades indígenas e tradicionais (Alkmin, 2023). Embora, esse modelo de desenvolvimento seja vislumbrado como progressista, com escopo de conservação ambiental, reconhecimento de direitos coletivos e a regularização fundiária de territórios étnicos, este modelo direciona o uso da terra e assegura o controle do Estado em regiões com difícil prática de governança devido à diversidade socioambiental do território, como é o caso da Amazônia (Alkmin, 2023).

A necessidade de modernização da região amazônica, por meio da adoção de estratégias e de ações, seja no cenário nacional, seja no global, inviabiliza a manutenção de sistemas biológicos, afeta as condições climáticas e os ciclos bioquímicos e interfere no modo de vida das sociedades amazônicas e nas relações destas com a natureza, que vêm sofrendo mudanças, devido às políticas desenvolvimentistas: “[...] a resultante mais geral das dinâmicas de modernização na região tem sido a redução da diversidade étnica, social e ecológica e a ampliação de áreas com pastagens, monoculturas de soja e milho, minas, além de cidades precárias, nas quais se amplia a extrema pobreza” (Monteiro; Bahia; Castro, 2022).

Os processos estruturantes de dependência e de produção de riquezas na Amazônia, pelas técnicas de poder construídas para a expansão e para a invasão capitalistas, que vão dos projetos de colonização à “modernização” amazônica, são regimes políticos e econômicos de expropriação, por meio da violência histórica aos povos amazônicos (Malheiro; Porto-Gonçalves; Michelotti, 2021).

4. Sociedades amazônicas: formação, territorialidade e resistência

A Arqueologia do final do Pleistoceno demonstra indícios de atividades humanas na Amazônia, o que refuta o discurso de que a Amazônia era uma terra sem “ocupação”, que precisava ser explorada e dominada (Neves, 2012): “Em meados do século XVIII, havia entre 1,5 milhão de nativos no Brasil. Quando os primeiros europeus alcançaram as praias do Brasil em 1500, seu número era de 2,5 milhões ou mais” (Hemming, 2009, p. 33).

A cerâmica mais antiga do continente americano foi encontrada na cidade de Santarém (PA), na bacia amazônica, o que demonstra o modo de vida e as tecnologias dos nativos da Amazônia (Hecht *et al.*, 2021; Pizzaro, 2012). Neves (2012) argumenta que, no centro da bacia amazônica, há evidências de pinturas rupestres na caverna Pedra Pintada, em Monte Alegre (PA), com datas que chegam a 11.200 anos BP. Em Araracuara, no rio Caquet, na Amazônia colombiana, artefatos líticos de cerca de 9.200 BP indicam a produção de lascas simples e não retocadas, sem presença de artefatos bifaciais, e na Serra dos Carajás, extremidade oposta da Amazônia, verificou-se a produção de lascas unifaciais e bifaciais em períodos um pouco posteriores (ao redor de 8.600 BP) (Neves, 2012).

Na visão de Araújo e Belo (2009, p. 267), “[...] é necessário romper com essa visão colonial sobre os povos que habitam a Amazônia, no sentido de que seu provável primitivismo os fadaria à incorporação ao modo de vida do restante da sociedade nacional ou os desagregaria irremediavelmente”. Esse é um pensamento repleto de contradições, que projeta uma Amazônia desconhecida por longos períodos, deixando de lado atores fundamentais à construção social local, como indígenas, seringueiros, camponeses, ribeirinhos e quilombolas.

As modificações na vida dos povos indígenas são carregadas de uma violência cultural brutal, pois, mesmo sendo considerados “livres”, pelas políticas pombalinas, os relatos de violência física e de escravidão continuaram sendo rotineiros (Lopes; Vieira, 2024). Os indígenas eram resistentes à dominação do colonizador, gerando constantes conflitos entre os colonizadores e eles. Sousa Junior (2010) afirma que os atos de violência contra povos indígenas não eram cometidos apenas por membros do Diretório dos Indígenas, mas, também, por missionários da época, resultando em fugas ou mortes destes.

Os remanescentes de escravos negros e os indígenas desribados habitaram a região do rio Trombetas por dois séculos, aproximadamente, lá encontrando condições naturais

favoráveis a sua existência, o que explica a origem social deste grupo, oriunda dos mundos sociais por eles construídos, rompendo com o regime escravista, em busca de melhores condições de vida. Seus modos de vida tradicionais resultaram num complexo sistema de organização social, com atividades econômicas, ligadas ao extrativismo e à agricultura, além de atividades culturais importantes e particulares (Acevedo; Castro, 1998).

Calcula-se mais de 6 mil negros identificáveis por suas formas de vida social, fortes elos familiares e desenvolvimento de atividades agroextrativas realizadas em territórios de uso comum, ao longo dos rios Trombetas, da boca do Cuminá até Cachoeira Porteira e subindo o Erepecuru (e Cuminá). É com esses traços que eles se integram à economia regional (Acevedo; Castro, 1998, p. 42).

Malheiro, Porto-Gonçalves e Michelotti (2021) argumentam que havia dois lados: de um lado, tinha-se o colonizador, que sustentava os processos de dominação e de violência, por meio das relações de poder; e, de outro, havia os colonizados, que sofriam com a violência colonial e que não tinham direito à existência, compondo uma relação completa de incoerência, que continuamente moldava a reprodução social da Amazônia.

O período da borracha na Amazônia é marcado por um processo capitalista de exploração da categoria dos seringueiros, em que se dá uma relação de poder entre o dono do capital e os seringueiros, submetidos a condições de trabalho sub-humanas e escravistas. Essa relação foi uma forma de organização social centenária, dado que estes trabalhadores tinham sido trazidos pela ganância capitalista, sem ter a opção de retornar ao local de origem (Almeida, 2012).

O seringalista, isto é, o proprietário do seringal, utilizava duas formas de exploração, conhecidas como sistema de aviamento: de um lado, comprava o látex dos seringueiros por preços baixos; e, de outro, vendia produtos por preços altos aos seringueiros no barracão, que estava sempre numa posição estratégica, à beira do rio, e continha os insumos básicos à sobrevivência do seringueiro. Através da compra dos produtos no barracão, o seringueiro, sem direito a plantar produtos agrícolas, entrava num processo contínuo de endividamento, tornando-se dependente do sistema contábil criado pelo dono de barracão, em que sua dívida só aumentava (Malheiro; Porto-Gonçalves; Michelotti, 2021).

Os camponeses amazônicos surgem da transformação de seringueiros em camponeses e da reorientação do sistema de aviamento para distribuição de outros produtos, que não apenas os necessários à extração da borracha. Os camponeses passam, então, a produzir farinha de mandioca, arroz, milho e feijão, assim muitos permaneceram nos seringais, com pequenas

produções familiares (Costa, 2012). Os camponeses se caracterizam como famílias que, tendo acesso à terra, resolvem seus problemas reprodutivos, por meio das atividades rural, extrativa, agrícola e não agrícola, o que tornou difícil diferenciar os que tomavam decisões sobre o trabalho daqueles que sobreviviam dos resultados de seus afazeres (Costa, 2012).

Os camponeses atuaram como agentes de resistência à desapropriação e foram responsáveis pelo processo que resultou na saída dos patrões do seringal da floresta, no contexto da ocupação de terras, pela pecuária, nas décadas de 1970 e de 1980. Consequentemente, o camponês foi resistente à forma de exploração capitalista, enfrentando uma oposição violenta nas lutas pelos seus direitos e pela garantia de suas terras (Almeida, 2012).

Folhes (2019) argumenta que a constituição da territorialidade dos ribeirinhos com os rios, com as paisagens, com a natureza e com a várzea se dá pelos significados atribuídos a cada elemento da estrutura do ecossistema, logo a implementação dos Grandes Projetos nestes territórios impacta diretamente sua territorialidade, bem como a relação destes com a natureza. Segundo Acevedo e Castro (1998, p. 30), a territorialidade “[...] concretiza-se em práticas quotidianas, na perseguição de estratégias de vida e de trabalho, na execução de ações que são criadoras da existência material e social”. Ou seja, as práticas e as ações que os colonizadores exercem na Amazônia, seja em relação aos nativos, seja em relação à natureza, está refletida na sua territorialidade.

Essa visão, formada por uma construção discursiva sobre o que seria a Amazônia em diversos contextos históricos, demonstra um ponto de vista parcial sobre a Amazônia, a partir da percepção do colonizado; isso está diretamente vinculado ao modo pelo qual o colonizador enxerga o espaço da Amazônia, pois o território está ligado a lugares de fala e de pertencimento (Escobar, 2005). Na visão de Escobar (2005), a relação entre o homem e a natureza se constitui de conjunto de ações e de elementos simbólicos ou não, que direcionam as diferentes concepções de mundo e os significados da ligação sociedade-natureza.

Ao criticar o modelo de desenvolvimento eurocêntrico, Escobar (2005) defende a possibilidade das comunidades locais dialogarem com o mundo moderno sem que percam sua identidade cultural e sem que sua maneira de produzir e consumir seja extinta. Para o autor, é necessário questionar o atual modelo de desenvolvimento oriundo da sociedade industrial e como este tem sido executado de modo impositivo nas comunidades deixando de lado a

diversidade e pluralidade nelas existentes e desconsiderando como estas fazem uso dos recursos naturais por meio de outro parâmetro de desenvolvimento.

Mignolo (2008), por sua vez, ao criticar a adoção de modelos teóricos provenientes da Europa, defende a construção da identidade em política como um instrumento capaz de conceber teorias políticas e organização de ações políticas fundamentadas em identidades para que se possa desnaturalizar a construção social colonial. Assim, a descolonialidade tem como escopo se desvincular dos conceitos e da acumulação de conhecimentos ocidentais, mas sem negar os conhecimentos já institucionalizados (Mignolo, 2008).

A descolonialidade vislumbra-se a partir de duas perspectivas: a primeira, refere-se no processo de resistência a lógica da colonialidade e dos elementos reprodutivos da matriz de poder colonial; e a segunda, relaciona-se na desvinculação aos efeitos totalitários das subjetividades e das categorias de conhecimentos ocidentais (Mignolo, 2008).

Silva (2016) defende uma perspectiva de desenvolvimento que tenha como escopo o envolvimento dos conhecimentos locais e das ações do lugar operando a partir das particularidades socioambientais e culturais do lugar e da interação entre elas. A concepção deste modelo de desenvolvimento pauta-se na cultura local, que é ausente nos Grandes Projetos de desenvolvimento, principalmente, os que têm sido implementados na região da Amazônia.

A necessidade de uma política de desenvolvimento que repense o local a partir de elementos como lugar, cultura, conhecimento local e modelos naturais culminaria em fatores para se pensar além do desenvolvimento, ou seja, na concepção do pós-desenvolvimento que é mais favorável a criação de novos atributos de linguagem, ação e compreensão do mundo (Escobar, 2005; Holz, 2022; Silva, 2016).

Holz (2022, p. 51) aponta que na Amazônia “esses modelos normalmente ignoram os saberes locais, submetendo-os sob a ideia de “modernização”, e planejam sua “política de intervenção” sem consultar as comunidades se elas desejam aquilo ou não.” Esse processo acontece por meio da disseminação discursiva de que o desenvolvimento é algo “bom” para as comunidades sem explicar como se dará sua implementação. As sociedades amazônicas são, de fato, a população local da região, a qual tem seus direitos rotineiramente negados, pois este espaço, que é diverso e complexo, foi colonizado por diversas estratégias, que sempre buscavam explorar recursos naturais, à custa da diversidade local (Cruz, 2019).

Escobar (2005) argumenta que os movimentos sociais têm apresentado resistência em relação a estas políticas de desenvolvimento implementadas em seus territórios visando garantir os direitos fundamentais a sua identidade, ao seu território, a sua autonomia política e do seu próprio parâmetro de desenvolvimento. Assim,

A construção de paradigmas alternativos de produção, ordens políticas e sustentabilidade são aspectos de um mesmo processo, e este processo é impulsionado em parte pela política cultural dos movimentos sociais e das comunidades na defesa de seus modos de natureza/cultura (Escobar, 2005, p. 78).

Na Amazônia, diferentes movimentos sociais buscam construir uma descolonialidade em relação às práticas discursivas hegemônicas, que propõe a submissão dos saberes locais em detrimento de uma política de desenvolvimento que não considera os conhecimentos locais e suas especificidades. Exemplo disto é o protesto de 31 de março de 1920, apresentado pelos habitantes de comunidades situadas nos municípios de Marabá e de Baião, contestando os requerimentos de terras devolutas publicados na edição de 17 de março de 1920 do Diário Oficial do Estado do Pará, elaborados por dois comerciantes da região.

De acordo com o documento, comerciantes e lavradores residentes nos lugares supostamente devolutos argumentam que seus direitos de propriedade sobre aquelas terras haviam sido adquiridos, em razão do uso e do tempo em que ali permaneceram, retirando o alimento que os sustentava e permitindo o pagamento, ao Estado, sobre os direitos de exportação dos produtos comercializados, apresentando, ao final, o seguinte testemunho:

Esperamos, pois no governo altruístico e sem mácula de s. exc. o sr. dr. Lauro Sodré, que não sejam vendidos taes terrenos, donde será expulso e escravizado o povo que o habita e cultiva; a menos que não se queiram levantar uma revolta infrene contra os intrusos que os querem comprar ao governo impingindo a pecha de (lavradores). Deste modo vem pela imprensa do Estado protestar perante v. exc. e esperam tomeis em conta seu justo proposto.

Meia década depois, seguindo um padrão semelhante, Silva (2016) comenta que, entre as décadas de 1970 e de 1980, na região do Baixo Tocantins, ocorreram diversos conflitos, decorrentes de lutas pela terra, em que os trabalhadores rurais buscavam garantir seus direitos, em face de ações de grileiros, que se utilizavam de um conjunto de ações criminosas (invasões de propriedade, roubos a produções agrícolas, entre outros) para expulsar os habitantes da região.

Silva (2016), ao analisar os confrontos, destaca o conflito levado a cabo na localidade denominada Anilzinho, situada no município de Baião, onde, desde 1975, durante o contexto

da Ditadura Militar, a população local vinha sofrendo diversas restrições no exercício de seus direitos, por ações de grileiros capixabas e goianos, as quais passavam por impedimentos de utilização de castanhais de uso comum ou de acesso a igarapés, que serviam como fontes de pesca às comunidades.

Assim, apoiada no sentimento de que o Estado amparava as ações dos grileiros e buscando reagir às violências impostas por estes, a população da região organizou o encontro Anilzinho, realizado nos dias 10 e 11 de julho de 1980, cujo resultado foi a edição de uma norma, denominada *Lei dos posseiros*, articulando diversas estratégias para resistir a dispositivos institucionais opressivos (Silva, 2016).

Embora separados por mais de 50 anos, ambos os casos narrados demonstram a instrumentalização de práticas coloniais exploratórias, mantendo-se mesmo após a independência brasileira, cujos mecanismos foram se aprimorando, ao longo dos anos, envolvendo inclusive o aparato institucional, em prejuízo de comunidades que, durante gerações, desenvolveram seus modos de vida nos lugares atingidos pela força do capital.

5. Considerações finais

Na contemporaneidade, as práticas do Período Colonial ainda continuam presentes e vivas no dia a dia, por meio das práticas de diferentes atores sociais e das políticas públicas de “desenvolvimento” concebidas para a região. Os conflitos por terras são uma prática rotineira na região, que muitas vezes leva ao genocídio dos povos locais, que lutam, por meio de movimentos sociais, pelo seu reconhecimento, perante o governo, buscando demarcações de terras e políticas públicas que de fato venham ao encontro de seus modos de vida.

A Amazônia é uma região rica em biodiversidade e em recursos naturais, que tem sido alvo de exploração e de ocupação humana há muito tempo, no entanto o processo de ocupação da Amazônia tem acontecido e se reproduzido, às custas das populações tradicionais, como indígenas, quilombolas, seringueiros e camponeses. O discurso de desenvolvimento tem sido utilizado como justificativa para a exploração dos recursos naturais da região e tem impactado negativamente as populações locais e o meio ambiente.

Os Grandes Projetos voltados à Amazônia se apropriam de áreas dos povos tradicionais da região, para a construção de hidrelétricas, para a instalação de barragens, para o estabelecimento de grandes empresas multinacionais, para a exploração de minérios, para os

avanços das monoculturas e da pecuária, para as construções de rodovias, de portos, entre outros, e o discurso que dá base a estas intervenções na Amazônia é o de que tais mudanças estão trazendo “modernidade” e “progresso” à região, por meio das gerações de emprego e renda e de melhorias à qualidade de vida. Por trás deste plano de fundo estão os aglomerados de capitais, que financiam estes projetos de exploração da região, com o objetivo de obter grandes retornos, por meio da acumulação de capital.

Garimpos ilegais em terras indígenas têm gerado genocídios destas populações, como no caso dos Yanomami decretado em 2023 pelo governo federal como calamidade pública, que foram vítimas de uma ação planejada por garimpos ilegais presentes em suas terras. Os avanços do desmatamento em Unidades de Conservação demonstram as fragilidades dos instrumentos legais e da fiscalização em garantir o direito dos povos tradicionais à terra.

A soja, o dendê, os minérios e pecuária têm avançado cada vez mais no território amazônico, utilizando-se de diversas estratégias para usurpar as terras dos povos tradicionais, em atendimento aos anseios do grande capital, enquanto as políticas públicas de integração, na prática impositivas, geram a fragmentação da Amazônia, visando atender aos interesses do capitalismo, por meio de financiamentos internacionais.

Nesse sentido, torna-se fundamental reconhecer e valorizar as diversidades que compõem a Amazônia, dando voz e espaço às comunidades locais e as suas formas social e econômica de organização. É preciso compreender que a integração e o desenvolvimento devem ser pensados, respeitando e preservando as particularidades locais, e levando em consideração as demandas e as necessidades das comunidades que habitam a região, assim se pode ter uma relação sociedade-natureza justa, com respeito a sua diversidade e a sua complexidade.

Referências

ACEVEDO, R.; CASTRO, E. **Negros do Trombetas:** guardiões das matas e dos rios. Belém: Ed. NAEA, 1998.

ALKMIN, F. M. Colonialismo climático e financeirização do carbono: reflexões sobre o REDD+ e a autonomia socioterritorial dos povos indígenas na Amazônia. **Ambientes**, v. 5, n. 2, p. 50 – 70, 2023. DOI: 10.48075/amb.v5i2.31885

ALMEIDA, M. As colocações: forma social, sistema tecnológico, unidade de recursos naturais. **Mediações - Revista de Ciências Sociais**, v. 17, n. 1, p. 121–152, 2012. DOI: 10.5433/2176-6665.2012v17n1p121

ARAÚJO, M. A. T.; BELO, P. dos S. Grandes projetos minerários e comunidades tradicionais na Amazônia: impactos e perspectivas. **Revista de Políticas Públicas**, São Luís, v. 13, n. 2, p. 265–277, jul./dez. 2009.

BIELSCHOWSKY, R. **Pensamento econômico brasileiro**: o ciclo ideológico do desenvolvimento. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1988.

CARDOSO, F. H.; FALLETO, E. **Dependência e desenvolvimento na américa-latina**: ensaio de interpretação sociológica. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.

CASTRO, E. M. R; CASTRO, C. P. Desmatamento na Amazônia, desregulação socioambiental e financeirização do mercado de terras e de commodities. **Novos Cadernos NAEA**, v. 25, n. 1, 2022. DOI: 10.18542/ncn.v25i1.12189

CASTRO, E. M. R. de; NOGUEIRA, W. O Brasil não conhece o Brasil, o Brasil não conhece a Amazônia. **Somanlu**, ano 8, n. 1, jan./jun. 2008.

CASTRO, E. M. R. de. Expansão da fronteira, megaprojetos de infraestrutura e integração Sul-Americana. **Caderno CRH**, Salvador, v. 25, n. 64, p. 45–61, jan./abr. 2012. DOI: 10.1590/S0103-49792012000100004

CASTRO, E. M. R. de *et al.* Pensamento crítico sobre a Amazônia e o debate sobre desenvolvimento. **Papers do NAEA**, n. 1, v. 1, 2018. DOI: 10.18542/papersnaea.v1i1.11113

CASTRO, E. M. R. de; CAMPOS, I. Formação socioeconômica da Amazônia. In: CASTRO, E. R. d.; CAMPOS, I. (org.). **Formação socioeconômica da Amazônia**. 2. ed. Belém: NAEA, 2015.

CIRILO, B. B.; ALMEIDA, O. T. de. O papel do estado como gestor da política de recursos hídricos no Pará: o modelo Rent Seeking. **Espaço & Geografia**, v. 22, n. 1, p. 119–150, 2019. Disponível em:
<https://periodicos.unb.br/index.php/espacoegografia/article/view/40157>. Acesso em: 01 dez. 2023.

COSTA, F. de A. **Formação Agropecuária da Amazônia**: os desafios do desenvolvimento sustentável. 2. ed. Belém: Ed. NAEA, 2012.

CRUZ, A. G. Dois séculos de extrativismo e especialização primário-exportadora na Amazônia: uma análise comparada entre os ciclos da borracha e do minério de ferro. **Cadernos CEPEC**, Belém, v. 8, n. 1, 2019. DOI: 10.18542/cepec.v8i1.7764

DUSSEL, E. Europa, modernidade e eurocentrismo. In: LANDER, E. (org.). **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 107–130.

ESCOBAR, A. O lugar da natureza e a natureza do lugar: globalização ou pós-desenvolvimento? In: LANDER, E. (org.). **A Colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 69–86.

FERNANDES, C. R. P. Financeirização do meio ambiente, conservação neoliberal e Amazônia: notas ao debate. **Revista Serviço Social em Perspectiva**, v. 9, n. 1, p. 155 – 175, 2025. DOI: [10.46551/rssp202507](https://doi.org/10.46551/rssp202507)

FOLHES, R. Mobilidade espacial e coprodução de paisagens na região do Lago Grande de Curuai, Santarém, Pará. In: STOLL, E. et al. (org.). **Paisagens evanescentes**: estudos sobre a percepção das transformações nas paisagens pelos moradores dos rios Amazônicos. Belém: NAEA, 2019.

FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

FURTADO, C. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2005.

FURTADO, C. Globalização das estruturas econômicas e identidade nacional. **Estudos Avançados**, v. 6, n. 16, 1992.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GOMES, D. L. et al. Expansão do agronegócio e conflitos socioambientais na Amazônia Marajoara. **Rev. NERA**, Presidente Prudente, ano 21, n. 42, p. 135–161, 2018. DOI: [10.47946/rnera.v0i42.5690](https://doi.org/10.47946/rnera.v0i42.5690)

GROSFOGUEL, R. Desenvolvimentismo, modernidade e teoria da dependência na América Latina. **Realis**, v. 3, n. 2, jul./dez. 2013.

HECHT, S. et al. Amazon in motion: changing politics, development strategies, peoples, landscapes, and livelihoods. In: **Amazon Assessment Report 2021**. Part II. New York: United Nations Sustainable Development Solutions Network, 2021. Disponível em: <https://www.theamazonwewant.org/wp-content/uploads/2022/05/Chapter-14-Bound-May-11.pdf>. Acesso em: 03 mar. 2023.

HEMMING, J. **Fronteira Amazônica**: a derrota dos Índios Brasileiros. São Paulo: Edusp, 2009.

HOLZ, L. “À sua imagem e semelhança”: Arturo Escobar e a crítica ao desenvolvimento. **Composição: Revista de Ciências Sociais da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul**, v. 3, n 26, p. 44 – 56, jan.-jun. 2022. DOI: [10.36066/compcs.v3i26.14472](https://doi.org/10.36066/compcs.v3i26.14472)

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. **Fundamentos de metodologia científica**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

LEMOS, M. A. de Q. **Influência da precipitação na atividade de beneficiamento de caulim em Barcarena-PA e seus impactos socioambientais**. 2018. 87 f. Dissertação

(Mestrado em Gestão de Riscos e Desastres Naturais na Amazônia) – Instituto de Geociências, Universidade Federal do Pará, Belém, 2018. Disponível em: <http://repositorio.ufpa.br/jspui/handle/2011/11708>. Acesso em: 12 dez. 2023.

LIMA, A. C.; SIMÕES, R. F. Teorias clássicas do desenvolvimento regional e suas implicações de política econômica: o caso do Brasil. **RDE-Revista de Desenvolvimento Econômico**, v. 12, n. 21, 2010.

LIMA, A. M. T. de; SOUZA, M. F.; MARQUES, E. E. Hidrelétrica no Tocantins: projetos de desenvolvimento invisível sob a ótica dos atores locais. **Revista de Administração e Negócios da Amazônia**, v. 14, n. 1, 2022. DOI: 10.18361/2176-8366/rara.v14n1p28-52

LOPES, A. E. M. P.; VIEIRA, M. L. C. Afinal, quem és tu Amazônia? Mitos e contradições na história. **A MARgem**, Uberlândia, v. 21, n. 1, 2024. DOI: 10.14393/AM-v21n1-2024-72764

LOPREATO, F. L. C. **Caminhos da política fiscal do Brasil**. São Paulo: Ed. Unesp, 2013.

MALHEIRO, B.; PORTO-GONÇALVES, C. W.; MICHELOTTI, F. **Horizontes amazônicos**: para repensar o Brasil e o mundo. São Paulo: Expressão Popular; Fundação Rosa Luxemburgo, 2021.

MARIN, R. A.; MAIA, R. de O. M. Gênero nas ações e resistências ao modelo de desenvolvimento imposto em Barcarena, Pará. **Cadernos PAGU**, v. 52, p. e185205, 2018. DOI: 10.1590/18094449201800520005

MONTEIRO, M. de A.; BAHIA, M. C.; CASTRO, E. M. R. de. Modernização caricata e acumulação capitalista na Amazônia: o caso da grande região de Carajás. **Novos Cadernos NAEA**, v. 25, n. 4, p. 11–34, dez. 2022. DOI: 10.18542/ncn.v25i4.13673

NEVES, E. **Sob os tempos do Equinócio**: oito mil anos de história na Amazônia central (6.500 AC-1.500 DC). 2012. Tese (Livre-Docência em Arqueologia e Etnologia) – Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

NORTE ENERGIA. **UHE Belo Monte, a maior usina hidrelétrica 100% brasileira**. 2023. Disponível em: <https://www.norteenergiasa.com.br/pt-br/uhe-belo-monte/a-usina>. Acesso em: 11 nov. 2023.

MIGNOLO, W. D. Desobediência epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política. **Cadernos de Letras da UFF**, n. 34, p. 287 – 324, 2008.

OLIVEIRA, U. S. Análise histórica das políticas de desenvolvimento e sustentabilidade do município de Bragança, Pará. **Cadernos CEPEC**, Belém, v. 12, n. 2, p. 74–90, dez. 2023. DOI: 10.18542/cepec.v12i2.15188

PESSOA, S. R. N.; KAPPES, S. A. O pensamento econômico de Roberto Simonsen, Caio Prado Júnior e Celso Furtado: desenvolvimento e dependência. **Cadernos CEPEC**, Belém, v. 13, n. 1, p. 01-21, jun. 2024. DOI: 10.18542/cepec.v13i1.16025

PIMENTEL, C. A. C.; COSTA, D. de M.; RAVENA, N. Hidrelétricas na Amazônia como estratégia de desenvolvimento (2003–2016): uma abordagem heterodoxa sobre infraestrutura. **Papers do NAEA**, v. 1, n. 1, 2023. DOI: 10.18542/papersnaea.v1i1.14512

PIZARRO, A. **Amazônia as vozes do rio**: imaginário e modernização. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2012.

PRADO JÚNIOR, C. **História e desenvolvimento**: a contribuição da historiografia para a teoria e prática do desenvolvimento brasileiro. São Paulo: Brasiliense, 1972.

PRATES, R. C.; BACHA, C. J. C. Os processos de desenvolvimento e desmatamento da Amazônia. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 20, n. 3 (43), p. 601–636, dez. 2011. DOI: 10.1590/S0104-06182011000300006

RIVAS, A. A. F.; KAHN, J. R.; MOURÃO, R. R. Princípios teóricos sobre instrumentos econômicos e a gestão ambiental. In: RIVAS, A. A. F.; FREITAS, C. E. de C.; MOURÃO, R. R. (Org.). **Valoração e instrumentos econômicos aplicados ao meio ambiente**: alternativas para proteger a Amazônia. Manaus: Instituto I-Piatam, 2008.

RODRIGUES, J. C.; LIMA, R. A. P. de. Grandes projetos de infraestrutura na Amazônia: imaginário, colonialidade e resistências. **Rev. NERA**, Presidente Prudente, v. 23, n. 51, p. 89–166, jan./abr. 2020. DOI: 10.47946/rnera.v0i51.6150

RODRÍGUEZ, O. **O estruturalismo latino-americano**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

ROSTOW, W. W. **Etapas do desenvolvimento econômico**: um manifesto não-comunista. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1974.

SANTOS, B. da S. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. **Novos Estudos - CEBRAP**, n. 79, p. 71–94, 2007. DOI: 10.1590/S0101-33002007000300004

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Cortez, 2013.

SILVA, A. de P. **O Vale do Tocantins e a Lei Anilzinho**: a Lei dos Posseiros (1961-1981). 2016. 184 f. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2016.

SILVA, F. J. R. da. O conceito de desenvolvimento no pensamento de Arturo Escobar. **Revista Pegada**, v. 17, n. 2, dezembro, 2016.

SILVA, F. L. da; PENA, H. W. A.; OLIVEIRA, F. de A. A dinâmica de ocupação da Amazônia brasileira: do interesse político e econômico aos conflitos socioambientais. **Revista Caribeña de Ciencias Sociales**, n. 2015_01, 2015.

SAUER, S.; LEITE, S. P. Expansão agrícola, preços e apropriação de terra

por estrangeiros no Brasil. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Piracicaba, v. 50, n. 3, p. 503-524, 2012.

SMITH, A. **A mão invisível**. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2013.

TRINDADE, J. R. B.; OLIVEIRA, W. P. de. Borracha, nordestino e floresta: a economia e a sociedade amazônica nos dois ciclos gomíferos. **Cadernos CEPEC**, Belém, v. 1, n. 1, 2012. DOI: 10.18542/cepec.v1i1-6.6773

TRINDADE, J. R. B.; OLIVEIRA, W. P. Conversão geopolítica da fronteira e estratégia de desenvolvimento regional: a intervenção estatal na Amazônia brasileira a partir dos anos 1940. In: TRINDADE, J. R. B. (Org.). **Seis décadas de intervenção estatal na Amazônia: a Spevea, auge e crise do ciclo ideológico do desenvolvimentismo**. Belém: Paka-Tatu, 2014.

TRINDADE JÚNIOR, S. C. C.; MADEIRA, W. V. Polos, eixos e zonas: cidades e ordenamento territorial na Amazônia. **PRACS: Revista Eletrônica de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP**, v. 9, n. 1, p. 37, 19 jul. 2016. DOI: 10.18468/pracs.2016v9n1.p37-54